

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO, PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Licitatório	nº 006/2023
Pregão Eletrônico	nº 001/2023

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.484.691/0001-00, com sede empresarial na V. Um, 83 – VRS 452, sala 02, Arroio Feliz – Feliz/RS, CEP 95.770-000;

Ilustríssimos, é necessário impugnar a determinação apresentada no preâmbulo do Edital, qual registre a ampla participação e disputa no certame, utilizando uma interpretação restritiva sem a devida atenção aos preceitos constitucionais, considerando que o valor global da Licitação ultrapassa em mais de vinte mil reais o limite legal para a preferência local.

Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, conforme determina a Lei nº 123/2006, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, que objetive a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, devidamente previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Utilizando o entendimento do limite legal por item, e não pelo valor total estimado da Licitação, restará que a Administração estará se sujeitando a contratar empresas que estariam assumindo compromissos muito maiores que em tese poderia suportar no momento da contratação, pois caracteriza-se como

microempresa aquelas cuja receita bruta não ultrapasse o valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), nos termos do art. 3º, inc. I, da Lei Complementar 123/2006.

Tal circunstância caracteriza realmente uma distorção do sistema, pois a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz do Estado Brasileiro não pode submeter à Administração Pública ao risco de firmar contratações de porte muito superiores à capacidade real da empresa vencedora. A sustentabilidade, neste caso, pressupõe que haja um equilíbrio entre a demanda e o potencial logístico da empresa.

Para tanto, é preciso considerar que a interpretação do dispositivo legal, pela qual é o valor do item que serve de referência para restringir o certame, tem sido determinante para que a imensa maioria dos processos licitatórios sejam destinados exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, pois raramente os itens da licitação ultrapassam R\$ 80.000,00.

Assim, a Advocacia-Geral da União, por meio do recente Parecer DECOR/CGU/AGU n.º 59/2011, destaca a supremacia da seleção da melhor proposta para a Administração sobre a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, *in verbis*:

15. [...] O fracionamento não pode ser utilizado como instrumento de deturpação da regra do artigo 6º do Decreto 6.204/2007 e, neste sentido, **o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve tomar por base a soma total dos lotes licitados**. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável, caso ultrapassado tal teto, deve ceder em favor da isonomia e da maior vantajosidade para a Administração.

[...]

17. Em outras palavras, aquilo que possa ser considerado parcela de um todo não poderá ser considerado isoladamente para fins da escolha da modalidade licitatória. No caso dos autos, da mesma forma, **a fragmentação do objeto licitável não deve reduzir o objeto de possíveis licitantes, sob pena de extrapolar a finalidade da norma e excluir, de forma irrestrita, todos os interessados que não se enquadrem nos termos de Lei Complementar 123/2006**. (grifo meu)

Nesse argumento, até mesmo Tribunal de Contas da União considera que é a soma do valor dos itens constituídos como parcela de um mesmo objeto (mesma natureza de despesa), e não o valor do item isolado, o parâmetro para a escolha

da modalidade licitatória e a verificação da hipótese de dispensa de licitação em razão do valor (art. 24, I e II, da Lei 8.66/93), sob pena de fracionamento de despesa.

É interessante notar que a própria 3ª SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) entende diferentemente da posição firmada pelo TCU, conforme consignado no item 5.8 do Acórdão 3.771/2011:

5.8 Entendemos descabida a interpretação do gestor que o limite de R\$ 80 mil reais deve ser considerado isoladamente para cada item previsto no certame, **sendo mais razoável adotar o mesmo critério que a lei de licitações e contratos estabelece para definição da modalidade licitatória em uma licitação com vários itens ou lotes**. Muito embora a regra para definição da modalidade licitatória seja o valor da contratação, quando a licitação é por itens e/ou lotes a definição da modalidade é com base no valor resultante da soma de todos os itens e/ou lotes, não considerando o fato de que se trata de uma contratação de diferentes objetos em único certame. Dessa forma, para aplicar o previsto no art. 6º do Decreto 6204/07, **no caso do objeto licitado ser dividido em itens ou lotes, entendemos que deve o gestor efetuar a soma do valor estimado para cada item ou lote e apenas quando o resultado não for superior a R\$ 80 mil estará autorizado a restringir a participação no processo licitatório a microempresas e empresas de pequeno porte.** (grifo meu)

Assim, o entendimento do TCU parece destoar do contexto em que está inserido o art. 48, inc. I da Lei Complementar n. 123/2006 - o caput deste utiliza a expressão “processo licitatório”; o inc. I do art. 48 fala em “contratações”; já nos incisos II e III aparece a expressão “objeto”, referindo-se o legislador ao valor do “objeto”. Em momento algum aparece a expressão item. É questionável, então, a razão pela qual o legislador não utilizara a expressão “valor do objeto” apenas no inc. I do art. 48. Numa interpretação sistêmica, não faz sentido tal omissão no inc. I da expressão que resolveria todo a celeuma, pois é consabido que o objeto da licitação é seu gênero, jamais os itens isolados. Noutro giro, insta salientar que o art. 6º do Decreto n. 6.204, de 2007 (regulamenta a LC 123/2006) não estabeleceu que o teto ali disciplinado deveria ser avaliado por item.

Desta feita, tendo por espeque uma interpretação sistemática da legislação vigente sobre o tema, bem como para se evitar tentativas de fraudes a ampla participação no certame licitatório por meio de fracionamento ardiloso do objeto, **deve o teto de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) tomar por base a soma total dos**

itens licitados, em raciocínio análogo ao previsto para o art. 23 § 5º da Lei 8666/1993.

Concluindo, nos termos do artigo 38, Parágrafo Único da Lei 8.666/1993 que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, sendo que em entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal que tais assessorias jurídicas podem ser responsabilizadas pela aprovação de editais licitatórios viciados e que tragam prejuízos a Administração Pública.

Os Municípios não podem criar subterfúgios normativos usurpando a competência Constitucional, ou adotarem procedimentos licitatórios exclusivos a ME e EPP simplesmente atendendo um critério objetivo com relação ao teto licitatório de R\$ 80.000,00 sem atentar para a limitação do artigo 49, inciso II da LC 123/2006 o que torna o instrumento convocatório viciado e desprovido de legalidade.

Assim, pede-se deferimento da Impugnação.

Feliz, 20 de janeiro de 2023.


MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA

Referências utilizadas:

BRASIL. Lei 8666.21/06/1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Rio de Janeiro: RT. 8ª ed. pp. 593-636.

BRASIL. Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

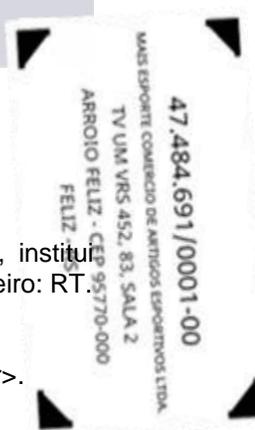
BRASIL. Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. TCU 2957/2011 – Plenário (9.11.2011).

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão TCU 3.771/2011- Primeira Câmara (07.06.2011).

Parecer DECOR/CGU/AGU n.º 059/2011.

VIVAS, Rodrigo Cesar Aguiar. Contrapontos à Jurisprudência do TCU no que tange ao limite para adoção de licitação exclusiva para as microempresas, cooperativas e empresas de pequeno porte. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3606, 16 mai. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24450>.





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

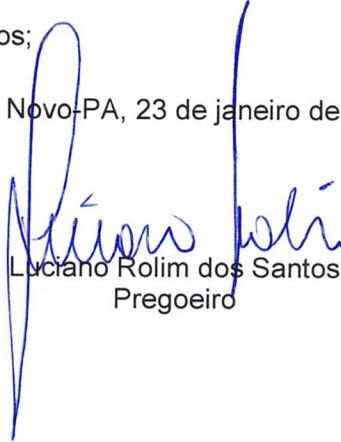
A
Assessoria Jurídica
Município de Brasil Novo-PA
REFERENTE AO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2023-PE
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de pedido de Impugnação de Edital solicitado junto ao Sistema Licitanet no dia 20/01/2023, as 17:18:30, proferido pela empresa **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.484.691/0001-00, com sede empresarial na V. Um, 83 – VRS 452, sala 02, Arroio Feliz – Feliz/RS, CEP 95.770-000; referente ao PE 001/2023, que tem como objeto; contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para Seleção e contratação de pessoa jurídica do ramo pertinente para Aquisição de materiais esportivos; destinados a demandas da Prefeitura e demais Secretarias s, conforme descrição do Termo de Referência. Para que seja apreciado e emitido parecer referente tal pedido.

Sem mais, é o que requeremos;

Brasil Novo-PA, 23 de janeiro de 2023.


Luciano Rolim dos Santos
Pregoeiro



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADM. N. 006/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2023-PE

REQUERENTE: Comissão Permanente de Licitação

ASSUNTO: Impugnação do edital licitatório

Trata-se de impugnação ao edital do **Pregão Eletrônico n. 001/2023** interposta por **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para Seleção e contratação de pessoa jurídica do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos destinados às demandas da Prefeitura e demais Secretarias.

A licitação é destinada única e exclusivamente a empresas locais, objetivando a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, para os itens cujos valores não ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com base nos arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 311/21, c/c os arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/06.

A impugnante alegou que os Municípios não poderiam criar subterfúgios normativos usurpando a competência Constitucional, ou adotarem procedimentos licitatórios exclusivos a ME e EPP simplesmente atendendo um critério objetivo com relação ao teto licitatório de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sem atentar para a limitação do art. 49, II, da LC n. 123/06, o que tornaria o instrumento convocatório viciado e desprovido de legalidade.

Ao final, a alegou que para se evitar supostas tentativas de fraudes à ampla participação no certame licitatório por meio de fracionamento ardiloso do objeto, o teto de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deveria tomar por base a soma total dos itens licitados e não a soma individual de cada item.

É o relatório.

Analisados os termos do pedido, cabem as considerações exaradas abaixo, que se resumem em atividade intelectual de interpretação, com base na consulta formulada, não vinculando a decisão administrativa a ser tomada pela autoridade competente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

O art. 3º da Lei n. 8.666/93 estipula que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, bem como a seleção da proposta mais vantajosa para a administração:

Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento **convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Por outro lado, a Constituição Federal consagrou, em seu art. 146, III, *d*, art. 170, IX, e art. 179, tratamento favorecido para as microempresas (ME) e para as empresas de pequeno porte (EPP).

Para regulamentar o disposto no art. 146, III, *d*, art. 170, IX, e art. 179 da CF, foi editada a Lei Complementar n. 123/06, que em seu art. 48, caput, I, expressamente estabelece que:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – **deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**

Em nenhum momento, o dispositivo legal transcrito acima estabelece que a exclusividade deva ocorrer nas licitações cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Pelo contrário, a aferição levará em conta as contratações até esse valor.

Em licitações divididas em itens, lotes ou grupos, cada item representa uma licitação separada das demais, com julgamentos e adjudicações independentes.

A divisão da licitação em itens atende à regra de parcelamento inscrita no art. 23, §1º, da Lei n. 8.666/93, a que alude a **Súmula n. 47, do Tribunal de Contas da União**, além de ensejar economia de tempo e de recursos financeiros, uma vez que é realizada uma única licitação para objetos específicos.

Tal possibilidade não infringe o disposto no art. 48, I, da LC n. 123/06, em decorrência da autonomia da adjudicação de cada item. Ou seja, mesmo na hipótese em que há um único vencedor para todos os itens, os julgamentos e as adjudicações operam de forma independente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

No sentido da legalidade da conduta administrativa que, em licitação na modalidade pregão eletrônico, contempla a participação exclusiva de microempresas na competição por itens, desde que observado o teto legal, tem-se o seguinte julgado do TRF-5:

ADMINISTRATIVO. **LICITAÇÃO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. EXISTÊNCIA DE VÁRIAS FAIXA DE CONCORRÊNCIA INDEPENDENTES E AUTÔNOMAS ENTRE SI. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS. VALOR DE CADA ITEM NÃO EXCEDE O TETO PREVISTO NA LEI COMPLR Nº 123/06. PROVIMENTO DO RECURSO.**

[...]

2. **Licitação do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" na qual - embora seu valor global (R\$ 1.002.487,54) exceda o limite previsto na Lei Complementar nº 123/06 (R\$ 80.000,00) para ser assegurada a participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas - observa-se que foram estabelecidas várias faixas de concorrência autônomas entre si, sendo, assim, cada item cotado substancialmente independente dos demais.**

3. **Existência de várias licitações distintas e independentes entre si, cujo valor não excede o teto previsto na Lei Complementar nº 123/06**, o que é corroborado, para exemplificar, pelo disposto no item 20.1, segundo o qual "cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da retirada da Nota de Empenho, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93".

4. **Inobstante na hipótese em apreço exista uma limitação à livre concorrência, prestigia-se o preceito constitucional insculpido no art. 170, IX**, que assegura "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País", as quais, sem essa garantia, não teriam oportunidade de contratar com a Administração Pública.

5. Agravo de instrumento provido. (TRF-5 - AGTR: 104017 RN 0000319-40.2010.4.05.0000, Relator: Des. Federal Francisco Wildo, Julg: 04/05/2010, Segunda Turma, Diário da Justiça Eletrônico: 13/05/2010 - Página: 677 - Ano: 2010)

Sendo assim, nas licitações por itens é devida a participação exclusiva de ME ou EPP, mesmo quando o valor total da licitação seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que a previsão de cada item distinto a ser licitado seja inferior ou igual àquele montante.

O tratamento privilegiado previsto nesses dispositivos seria excepcionado apenas diante da ocorrência das hipóteses descritas no art. 49 da LC n. 123/06, o que a impugnante não logrou demonstrar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

Ante o exposto, manifesto-me pela **rejeição da impugnação do edital** feita pela empresa **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, uma vez que nas licitações por itens é devida a participação exclusiva de ME ou EPP, mesmo quando o valor total da licitação seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que a previsão de cada item distinto a ser licitado seja inferior ou igual àquele montante, o que ocorre na hipótese.

É o parecer.

S. M. J.

Brasil Novo/PA, 23 de janeiro de 2023.

JUNIOR LUIZ DA
CUNHA:458510182
91

Assinado de forma digital por
JUNIOR LUIZ DA
CUNHA:45851018291
Dados: 2023.01.23 14:39:38
-03'00'

Dr. JÚNIOR LUIZ DA CUNHA

Assessor Jurídico

OAB/PA n. 15.432



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



TERMO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO ADM. N. 006/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2023-PE

REQUERENTE: MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA

ASSUNTO: Impugnação do edital do pregão por permitir a participação no processo licitatório somente daqueles licitantes que formularem suas propostas de acordo com o menor preço por lote e por os lotes conterem itens de marcas diferentes.

Trata-se de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico n. 001/2023 interposta por **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para Seleção e contratação de pessoa jurídica do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos destinados às demandas da Prefeitura e demais Secretarias.

A licitação é destinada única e exclusivamente a empresas locais, objetivando a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, para os itens cujos valores não ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com base nos arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 311/21, c/c os arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/06.

Uma vez que a impugnante alegou que os Municípios não poderiam criar subterfúgios normativos usurpando a competência Constitucional, ou adotarem procedimentos licitatórios exclusivos a ME e EPP simplesmente atendendo um critério objetivo com relação ao teto licitatório de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sem atentar para a limitação do art. 49, II, da LC n. 123/06, o que tornaria o instrumento convocatório viciado e desprovido de legalidade.

O pedido de Impugnação foi submetida à análise da Assessoria Jurídica, que assim manifestou-se:

No sentido da legalidade da conduta administrativa que, em licitação na modalidade pregão eletrônico, contempla a participação exclusiva de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



microempresas na competi o por itens, desde que observado o teto legal, tem-se o seguinte julgado do TRF-5:

ADMINISTRATIVO. LICITA O TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. EXISTÊNCIA DE VÁRIAS FAIXA DE CONCORRÊNCIA INDEPENDENTES E AUT NOMAS ENTRE SI. PARTICIPA O EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS. VALOR DE CADA ITEM NÃO EXCEDE O TETO PREVISTO NA LEI COMPLR N  123/06. PROVIMENTO DO RECURSO. [...] 2. Licita o do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" na qual - embora seu valor global (R\$ 1.002.487,54) exceda o limite previsto na Lei Complementar n  123/06 (R\$ 80.000,00) para ser assegurada a participa o exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas - observase que foram estabelecidas várias faixas de concorrência aut nomas entre si, sendo, assim, cada item cotado substancialmente independente dos demais. 3. Existência de várias licita es distintas e independentes entre si, cujo valor não excede o teto previsto na Lei Complementar n  123/06, o que   corroborado, para exemplificar, pelo disposto no item 20.1, segundo o qual "cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da retirada da Nota de Empenho, nos termos do art. 57, da Lei n  8.666/93". 4. Inobstante na hipótese em apreço exista uma limita o   livre concorrência, prestigia-se o preceito constitucional insculpido no art. 170, IX, que assegura "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administra o no País", as quais, sem essa garantia, não teriam oportunidade de contratar com a Administra o Pública. 5. Agravo de instrumento provido. (TRF-5 - AGTR: 104017 RN 0000319-40.2010.4.05.0000,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



Relator: Des. Federal Francisco Wildo, Julg:
04/05/2010, Segunda Turma, Diário da Justiça
Eletrônico: 13/05/2010 - Página: 677 - Ano:
2010)

ANTE O EXPOSTO, e considerando Parecer Jurídico, manifesto-me pela **REJEI O DA IMPUGNA O** do edital feita pela empresa **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.**, uma vez que o critério de julgamento do tipo "menor preço por item" tem tratamento privilegiado previsto nos dispositivos da lei, uma vez que os valores de cada item não ultrapassam 80.000,00 (oitenta mil reais).

  o parecer.

Brasil Novo/PA, 23 de janeiro de 2023.

LUCIANO ROLIM DOS SANTOS:8329527522
0

Luciano Rolim dos Santos
Pregoeiro